

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE RURAL E FERRAMENTAS ACESSÓRIAS EM UMA PROPRIEDADE DE CULTIVO DE UVA

Natália Toscan¹
Caroline Dal Sotto Boff²

Resumo: Atualmente, devido à expansão do agronegócio e a grande competitividade econômica, até mesmo o pequeno produtor rural carece de informações que lhe auxiliem no controle e planejamento da propriedade. Logo, a contabilidade rural e algumas ferramentas acessórias surgem para suprir estas necessidades, proporcionando dados concretos para a gestão do agronegócio. Diante disso, o objetivo desta pesquisa consiste em avaliar os aspectos necessários para a implantação da contabilidade rural e ferramentas acessórias em uma propriedade de cultivo de uva. A fim de justificar e embasar o objetivo de estudo, utiliza-se a fundamentação teórica, na qual são abordados os conceitos, as particularidades e as vantagens da contabilidade rural, além de evidenciar a importância dos controles gerenciais para o planejamento e tomada de decisões na atividade rural. Com o intuito de coletar dados para a proposta de intervenção, o estudo utiliza-se de entrevista com o produtor rural, além de questionários aplicados a outros agricultores, a fim de verificar os controles adotados em suas propriedades. Por fim, com posse das informações coletadas, identificaram-se lacunas na propriedade estudada, sendo a principal delas a não existência de registros para controle de suas atividades. Desta forma, a fim de suprir as carências da propriedade, sugere-se a implantação da contabilidade rural, bem como, o uso de controles gerenciais, para que assim, o produtor passe a contar com informações que lhe auxiliam no planejamento e tomada de decisões.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Controle Gerencial. Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura está em constante desenvolvimento, e, como consequência disso, as necessidades de modernização tornam-se evidentes. Desta forma, para que os produtores rurais realizem uma boa gestão de seus negócios, é importante que eles tenham informações precisas, as quais podem ser obtidas por meio da contabilidade rural e suas ferramentas de apoio. Ainda pouco utilizada nas propriedades de menor porte, a contabilidade rural mostra-se um instrumento de gestão eficaz por ser capaz de demonstrar os resultados obtidos no agronegócio, bem como proporcionar uma avaliação do desempenho da propriedade. Assim sendo, esta pesquisa propõe-se a esclarecer o uso e as principais vantagens do emprego da contabilidade rural nas propriedades agrícolas, bem como de algumas ferramentas gerenciais de apoio, demonstrando os benefícios proporcionados pelos mesmos para a gestão do agronegócio.

Como base para a pesquisa, utilizou-se uma propriedade de cultivo de uvas, situadas nos municípios de Flores da Cunha e Nova Pádua, na qual o total a área cultivada é em média

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade da Serra Gaúcha.

² Mestre em Contabilidade. Professor nos Cursos de Graduação. Endereço eletrônico: caroline.boff@fsg.br.

de 10,5 hectares, capaz de gerar anualmente de 200.000 kg a 250.000 kg de uva. Como a maioria dos agricultores, o produtor não se utiliza de nenhuma ferramenta de gestão muito aperfeiçoada, sendo que os poucos controles existentes são realizados de maneira rudimentar. Assim, visando um melhoramento nos sistemas de gestão e tomada de decisões do produtor rural, o estudo propõe-se a explicar ao agricultor a importância da contabilidade rural, bem como todos os benefícios oriundos dessa escrituração. Logo, o estudo objetiva elaborar uma proposta de implantação da contabilidade rural e ferramentas acessórias na propriedade, além de verificar o emprego da contabilidade como ferramenta de auxílio na gestão e tomada de decisão.

Segundo Crepaldi (2009, p. 49), “a agricultura será tão mais próspera quanto maior for o domínio que o homem venha a ter sobre o processo de produção, que se obterá na medida do conhecimento acerca das técnicas de execução e gerência”. Destarte, a implantação da contabilidade na propriedade surge como um complemento para a gestão, na qual os sistemas de controle são ferramentas essenciais para o planejamento e tomada de decisões. Assim, amparando na organização e gestão da propriedade, proporcionando crescimento e desenvolvimento para a propriedade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A contabilidade, num âmbito geral, registra “[...] todas as movimentações passíveis de mensuração monetária” (MARION, 1998, p. 24). Desta forma, torna-se possível a elaboração de relatórios e demonstrações com a finalidade de prover informações que possibilitem maior controle e planejamento da organização. Por intermédio da contabilidade, também é possível analisar a situação da empresa, bem como realizar comparativos entre períodos. Portanto, as organizações devem utilizar da contabilidade, não só de forma fiscal, mas também gerencial, a fim de auxiliar na administração do negócio. Complementando, Crepaldi (2009, p. 74) pondera sobre a importância da contabilidade:

Um sistema contábil eficiente, aliado ao bom senso do administrador, deve proporcionar um diagnóstico realista, com a localização dos pontos fracos e fortes de cada atividade produtiva e da empresa como um todo. De posse de tais informações, poderão ser tiradas inúmeras conclusões para diversas finalidades.

A contabilidade gerencial tem como principal finalidade o fornecimento de informações úteis para os gestores, propondo-se a auxiliar o planejamento e a tomada de decisão dentro das organizações. Ao contar com tal apoio, o gestor está apto a retificar as falhas e a melhorar a administração de seu negócio. Logo, a contabilidade gerencial deve ser utilizada por toda e qualquer organização, independentemente do seu porte e de seu ramo de atividade, pois, através das informações geradas por ela é possível aperfeiçoar a qualidade dos produtos e serviços prestados, mantendo com eficiência o desempenho do negócio. Desta forma, a atividade rural também pode beneficiar-se de tal método de gestão. Contudo, segundo Crepaldi (2009, p. 45), “[...] a tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão com base em dados consistentes e reais é uma dificuldade constante para os produtores rurais”. Assim, como forma de facilitar a obtenção desses dados, é essencial que os agricultores passem a organizar sua movimentação financeira e econômica, a fim de melhorar a gestão de seu negócio.

2.1 Contabilidade aplicada à atividade rural

A agricultura visa, principalmente, a obtenção de produtos, a fim de satisfazer as necessidades humanas. Para isso, a atividade agrícola se utiliza da exploração da terra, a qual pode ser realizada através do cultivo de lavouras e florestas ou da criação de animais. No Brasil, a agricultura apresenta grandes perspectivas de crescimento, pois os produtos provenientes da agricultura são os principais artigos de exportação, o que gera uma expectativa positiva em relação ao crescimento da atividade rural. Sendo assim, com a propensão ao crescimento do setor, aumenta a competitividade, fazendo com que os produtores rurais necessitem de mais qualidade para manterem-se no mercado. Dessa forma, nota-se a necessidade da utilização de ferramentas de gestão eficazes para que o produtor rural obtenha informações capazes de auxiliar no desenvolvimento de sua atividade (CREPALDI, 2009).

Toda atividade econômica, por menor que ela seja necessita de um controle eficaz, sendo assim, a atividade rural também carece de tais cuidados. Desta forma, para proporcionar as informações necessárias para uma boa gestão, aplica-se a contabilidade rural, a qual, de acordo com Crepaldi (2009, p. 79), “surgiu da necessidade de controlar o patrimônio”. Para administrar os bens, direitos e obrigações de uma entidade é imprescindível

que haja um registro que demonstre todas as movimentações ocorridas de forma organizada. Elencadas por Crepaldi (2009, p. 77), as principais finalidades da contabilidade rural são:

- controlar o patrimônio das entidades rurais;
- apurar o resultado das entidades rurais;
- prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis.

Embora apresente vários benefícios ao setor rural, “o que se percebe nas organizações que se dedicam a essa atividade é uma contabilidade insuficientemente explorada quanto ao seu poder de identificar, registrar, mensurar e possibilitar a análise dos fatos ocorridos” (LEMES, 1996, p. 30). Logo, é possível constatar que há necessidade de conscientização em relação à importância da contabilidade rural e sua utilização. Isto, pois, o produtor rural carece de informações adequadas para gerir seu negócio de maneira segura e organizada, diminuindo, assim, os riscos, e proporcionando um crescimento sustentável a sua propriedade.

Em relação à obrigatoriedade da escrituração contábil na atividade rural, Marion (2010) explana que as pessoas físicas consideradas como pequeno e médio produtor não são obrigadas para fins de imposto de renda. Entretanto, nada impede que a contabilidade seja realizada para fins gerenciais, podendo ter uma escrituração simplificada, em forma de livro-caixa. Já os grandes produtores rurais são equiparados às pessoas jurídicas para fins de contabilização, sendo obrigados a realizar uma escrituração regular de acordo com as normas de contabilidade (RATKO, 2008). A escrituração contábil abrange toda a movimentação da empresa, registrando as receitas, custos e despesas a fim de apurar os resultados do período, traduzindo, assim, o desempenho da organização. Para isso, adotam-se critérios contábeis padronizados, os quais registram as mutações patrimoniais de acordo com regime de competência, e, sempre obedecendo aos princípios da contabilidade (FILHO, 2011).

No que se refere à escrituração contábil rural, deve-se atentar a algumas particularidades, como a diferenciação das culturas temporárias e permanentes. A principal característica das culturas temporárias é a necessidade de replantio após a colheita, pois ela têm um prazo de vida curto. Como exemplo dessas culturas, pode-se citar o feijão, tomate, batata, etc. Já no que diz respeito às culturas permanentes, a vida útil das plantas é longo, logo não carece de replantio após a colheita, como exemplos tem-se a laranjeira, videira, oliveiras, entre outros (MARION, 2010).

Outro fator relevante na contabilidade rural refere-se ao período correspondente ao exercício social. Diferentemente das empresas de modo geral, nas quais o exercício social coincide com o ano civil, para a contabilidade rural o exercício é determinado de acordo com a produção agrícola. Isso, pois, a produção rural é sazonal, ocorrendo somente em alguns períodos do ano (CREPALDI, 2009). Desta forma, o ano agrícola, de acordo com Marion (2010, p. 04), “é o período em que se planta, colhe e, normalmente, comercializa a safra agrícola”. Essa, portanto é a maneira mais adequada de apurar o resultado, pois evita que a produção esteja em formação, o que poderia ocorrer caso fosse considerado o exercício social de acordo com o ano civil. Caso haja o cultivo de mais de uma cultura, o ano agrícola é determinado por aquela que representa o maior valor econômico para a propriedade.

No que tange a depreciação, na agricultura ela é aplicada normalmente, às culturas permanentes que produzem frutos como as videiras, laranjeiras, cafeeiros entre outros. Segundo Crepaldi (2009, p. 122), “o custo de aquisição ou formação da cultura é depreciado em tantos anos quantos forem os de produção de frutos”. Desta forma, o cálculo da depreciação é realizado de acordo com a estimativa da vida útil da árvore, que pode variar de acordo com o clima, o tipo de solo e até mesmo o tipo da árvore. A depreciação também é aplicada aos implementos agrícolas como tratores, colhedoras e outros equipamentos de uso agrícola. Neste caso, o cálculo é realizado de acordo com o número de horas trabalhadas, pois os mesmos são utilizados de acordo com as necessidades da propriedade (MARION, 2010).

A contabilidade, por demonstrar os resultados da organização, é capaz de proporcionar um controle mais eficaz das propriedades rurais. No entanto, para que sua elaboração seja a mais correta e verídica possível, são necessários alguns documentos básicos, os quais devem ser todos preservados a fim de possibilitar a escrituração contábil. A documentação é composta pelas notas fiscais de compra (entrada) e venda (saída), bem como as notas de aquisição ou venda de ativos imobilizados. Além disso, deve ser apresentada toda a movimentação financeira da organização, ou seja, os comprovantes de pagamentos e recebimentos, financiamentos, empréstimos, extratos bancários e demais documentos relacionados. Todos os demais comprovantes de custos e despesas da empresa também devem ser arquivados, tais como recibos de água, luz, folha de pagamento, entre outros.

A complexidade da elaboração da escrituração contábil está diretamente relacionada ao porte da empresa e ao volume de operações realizadas. Assim, ao se tratar de uma propriedade rural de pequeno porte, o volume de escrituração não será tão elevado. De acordo

com Filho (2011), a escrituração das empresas rurais deve ser elaborada utilizando-se o método das partidas dobradas, no qual, para todo débito deve haver um crédito de igual valor. Ao iniciar a escrituração de uma entidade, primeiramente é necessário que seja realizado um inventário do patrimônio, avaliando os bens, direitos e obrigações da organização. Após organizar tais informações, deve-se elaborar um plano de contas de acordo com as atividades da empresa, para que, posteriormente seja possível elaborar um balanço de abertura com base nos dados do inventário inicial. A partir daí, o próximo passo é definir um sistema de escrituração, o qual se recomenda que seja realizado por meio de fichas razão, podendo ser contabilizado de forma manual ou mecanizada. A fim de dar continuidade na escrituração das movimentações, deve-se elaborar a abertura das contas nas fichas razão, tendo por base as contas patrimoniais do inventário (FILHO, 2011).

2.2 Demonstrativos contábeis relacionados à atividade rural

As demonstrações contábeis são importantes aliadas à gestão de uma organização, pois proporcionam informações relevantes à respeito da posição financeira e patrimonial da entidade. De acordo com a Lei 6.404/76, as empresas devem elaborar algumas demonstrações, como: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Complementando, o artigo 1.179 da Lei 10.406/02 determina que as empresas devem seguir um sistema de contabilidade, realizando a escrituração dos livros e apresentando anualmente o balanço patrimonial e o resultado econômico. Contudo, o parágrafo segundo, desta mesma lei, dispensa da escrituração o pequeno empresário a que se refere o artigo 970, no qual, se estabelece que o produtor rural e o pequeno empresário possuem tratamento favorecido e simplificado.

Entretanto, mesmo não sendo obrigatória para os produtores rurais, a contabilidade pode ser empregada para fins gerenciais, uma vez que é uma ferramenta eficaz no auxílio ao planejamento e tomada de decisões. Desta forma, ao optar pelo uso da contabilidade rural em seu negócio, o produtor pode utilizar-se somente das principais demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Essas demonstrações são fundamentais para evidenciar a vida evolutiva da organização, pois como afirma Crepaldi (2009, p. 76):

Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análise da estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc.

No que se refere ao Balanço Patrimonial, objetiva-se demonstrar de forma clara e objetiva, os bens, direitos e obrigações da organização, possibilitando, assim, uma melhor avaliação da situação da empresa, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão. De acordo com Mattos (1999, p. 17), “o Balanço Patrimonial é umas das demonstrações financeiras mais importantes, por meio da qual se pode conhecer a situação patrimonial-financeira da empresa em determinado momento”.

Já a demonstração do resultado de exercício (DRE) proporciona informações relevantes aos gestores a respeito dos custos e despesas, bem como do resultado do exercício. Sua apresentação é realizada anualmente para fins legais, junto ao balanço patrimonial. Já para fins gerenciais, ela deve ser feita mensalmente. De forma resumida, a DRE representa o confronto das receitas e despesas, determinando o resultado do período. Se as despesas forem maiores que as receitas têm-se prejuízo, e, caso contrário, tem-se lucro (RATKO, 2008). Complementando Iudícibus *et al.* (2010, p. 04), afirma que a DRE deve ser apresentada de “[...] forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício [...]”. Sendo assim, ao seguir o modelo da declaração predefinida, os resultados do período tornam-se visíveis aos gestores, exibindo a real situação da organização.

Quando referente à atividade rural, as demonstrações contábeis são elaborados com base nos mesmos preceitos, sofrendo apenas algumas alterações devido às peculiaridades que envolvem o setor. As principais mudanças ocorrem no Balanço Patrimonial, nas contas de “Estoques” e “Imobilizado”. O grupo de Estoques passa a ser composto pelas subcontas de “Insumos” (matéria-prima), a qual abrange as sementes, fertilizantes, herbicidas, entre outros; “Culturas Temporárias em Formação” para as culturas temporárias como arroz, milho, etc.; “Colheitas em Andamento” para as culturas permanentes, como a maçã, uva e outros; “Produtos Agrícolas” para os produtos prontos para a venda ou consumo; e o “Almoxarifado” que é o estoque de produtos que não compõe a cultura, como combustíveis, ferramentas e outros. Já no que diz respeito ao Imobilizado, na atividade rural são adicionadas as contas de “Cultura Permanente em Formação” e “Cultura Permanente Formada”, as quais se referem às plantações, como os pomares, videiras, etc. Além disso, também podem ser imobilizados

animais de trabalho, benfeitorias na propriedade, florestas entre outros (MARION, 2010). O quadro a seguir apresenta o Balanço Patrimonial utilizado na atividade rural, no qual podem ser verificadas suas particularidades.

Visto as adaptações do Balanço Patrimonial devido às particularidades da atividade rural, o plano de contas também deve ser elaborado verificando tais características. De acordo com Marion (1998, p. 93) o plano de contas é “o agrupamento ordenado de todas as contas que são utilizadas pela contabilidade”. Complementando, Crepaldi (2009, p. 190) afirma que a finalidade do plano de contas é “[...] servir de guia para o registro e demonstração dos fatos contábeis”. Sendo assim, o plano de contas deve representar um sistema ordenado que auxilie na contabilização de forma contínua e organizada. Além disso, é necessário que seja flexível, com possibilidade de inclusão, alteração ou exclusão de contas, visto que cada empresa utiliza as contas que mais se adequam a sua atividade (MARION, 1998; MARION, 2010; CREPALDI, 2009).

2.3 Contabilidade como ferramenta de auxílio à gestão rural

A necessidade de obter informações gerenciais úteis à tomada de decisões se dá pelo fato de o administrador rural precisar de dados a respeito da rentabilidade do seu negócio. Entretanto, muitas vezes “o produtor tem em suas mãos a maioria dos dados necessários para definir a situação econômica de seu empreendimento” (CREPALDI, 2009, p. 55). Portanto, é imprescindível que esses administradores saibam trabalhar com tais informações, para que as mesmas possam ser utilizadas de forma gerencial e eficaz.

De acordo com Iudícibus (2008), a contabilidade gerencial está intimamente ligada à administração da organização, e busca gerar informações que auxiliem na tomada de decisões. Segundo Padoveze (2000, p. 41) “para que a informação contábil seja usada no processo de administração, é necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade”. Desta forma, pode-se afirmar que nem toda informação pode ser utilizada na gestão do negócio, assim, para que seja válida é essencial que ela seja clara, objetiva e oportuna. Assim, ao utilizar-se de tais dados, o produtor rural contará com controles gerenciais mais precisos, capazes de auxiliar na tomada de decisão e, conseqüentemente, aperfeiçoando a gestão do agronegócio.

Ao apresentar informações claras e objetivas, a contabilidade rural mostra-se uma grande aliada para a gestão do agronegócio. Com a grande concorrência e a necessidade de proporcionar os melhores produtos, o produtor rural carece de informações corretas e eficazes, que demonstrem o real desempenho de sua propriedade. Sendo assim, Crepaldi (2009, p. 48) afirma que “a contabilidade desenvolvida e aplicada no gerenciamento da propriedade rural será uma ferramenta indispensável para todos os produtores rurais”. Dentro desta perspectiva, o produtor rural pode realizar um planejamento adequado à sua propriedade, avaliando o que produz, quanto e de que forma, sempre levando em consideração as perspectivas de mercado e os recursos que devem ser alocados para a produção (CREPALDI, 2009).

Evidenciando a importância do planejamento às organizações, Santos, Marion e Segatti (2002, p. 15) afirmam que “o planejamento é importante no sentido de alertar os administradores quanto às mudanças na economia, no hábito dos consumidores, na tecnologia, no comportamento climático, nos custos, na oferta dos produtos (supersafras), na demanda e outras alterações”. Ao elaborar o planejamento da organização, deve-se utilizar de todas as informações disponíveis, levando em consideração os fatores internos e externos, bem como os objetivos da empresa (KREUSBERG; SÖTHER; FILHO, 2013).

Toda gestão busca “minimizar perdas, maximizar ganhos, e criar uma situação que comparativamente o decisor julgue que houve evolução” (GOMES; GOMES; ALMEIDA, 2009, p. 04). Desta forma, as decisões são tomadas levando em consideração as alternativas existentes, bem como as possíveis consequências, atuais e futuras, a fim de garantir a assertividade da escolha. Nas propriedades rurais este método de tomada de decisão segue os mesmos propósitos, pois, na maioria das vezes, tais organizações possuem os mesmos objetivos, sendo o principal deles manter-se no concorrido mercado de forma lucrativa. Entretanto, de acordo com Faria, Mantovani e Marques (2010, p. 20) “[...]a tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão, com base em dados consistentes e reais, é uma dificuldade constante para os produtores rurais”. Normalmente, isto ocorre porque os produtores não possuem controles eficazes estabelecidos. Desta forma, com a finalidade de suprir estas carências surge a contabilidade rural, com o propósito de gerar informações reais a respeito de todas as operações da entidade (RATKO, 2008). Logo, a contabilidade mostra-se uma ferramenta de gestão importante para auxílio aos agricultores no planejamento e tomada de decisões.

Vale ressaltar que, “dentro da administração geral de uma Empresa Rural, a gerência corresponde ao coração de todo o sistema, ou seja, tem a responsabilidade de funcionamento de toda a máquina produtiva” (CREPALDI, 2009, p. 60). Assim, se o produtor rural usar corretamente os controles gerenciais, satisfazendo suas limitações econômicas e mantendo-se informado sobre o mercado atual, terá em suas mãos uma importante ferramenta de gestão, a qual proporcionará informações reais e seguras a respeito do desenvolvimento da propriedade e auxiliará na tomada de decisões e no planejamento de sua propriedade.

3 METODOLOGIA

Com o intuito de buscar informações que possibilitem vislumbrar a importância da contabilidade rural e sua aplicabilidade, o presente estudo utilizou-se da abordagem qualitativa, uma vez que permite ao pesquisador compreender a “[...] complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos [...]” (RICHARDSON *apud* BEUREN, 2009, p. 91). O presente estudo constitui-se, também, do tipo exploratório, o qual busca a obtenção de informações, a fim de mapear o campo de estudo e suas condições de trabalho. O estudo de caso também foi utilizado na elaboração do projeto, visto que se objetiva a compreensão da entidade e seus processos, bem como sugerir a resolução de possíveis falhas. De acordo com Gil (2007), o estudo de caso proporciona explorar situações reais, bem como levantar possíveis causas e propor hipóteses para as mesmas. Portanto, ao utilizar o estudo de caso tornou-se possível uma investigação aprofundada na propriedade rural, visto que foi possível analisar a realidade da entidade.

Visando a obtenção das informações necessárias para a elaboração do projeto, foram utilizados quatro métodos de coleta de dados, sendo eles a entrevista, a pesquisa documental, a pesquisa por observação e o questionário. A pesquisa documental constitui-se da utilização de documentos da entidade, assim, os documentos estudados foram principalmente as notas fiscais da propriedade, bem como as demais anotações do produtor. A pesquisa por observação permitiu avaliar o comportamento do produtor rural no seu cotidiano, analisando os processos de gestão e de tomada de decisão da propriedade. Já o questionário mostra-se eficaz por obter repostas mais precisas, devido ao menor risco de distorção por influência do pesquisador. (MARCONI, LAKATOS, 2007; GIL, 2010). Sendo assim, o questionário foi

aplicado para quatro produtores do setor vitivinícola, a fim de obter informações sobre as ferramentas de controle adotadas por eles em suas propriedades. Por fim, a entrevista foi utilizada com a finalidade de obter informações do produtor a respeito dos procedimentos utilizados por ele em sua propriedade, bem como para avaliar suas expectativas e opiniões. Gil (2010) afirma que a entrevista é uma forma de diálogo, no qual uma pessoa almeja a coleta de dados e, outra, serve como fonte dos mesmos. A entrevista possibilita, desta forma, a obtenção de informações que muitas vezes não são registradas em documentos.

Com o intuito de avaliar todos os dados coletados, visando transformá-los em informações relevantes para a pesquisa, utilizou-se da análise de conteúdo, a qual é definida por Marconi e Lakatos (2007, p. 129) como “uma técnica que visa aos produtos da ação humana, estando voltada para o estudo das ideias e não das palavras em si”. Desse modo, a organização dos dados mostra-se essencial para que seja possível analisar o material obtido durante a pesquisa. Logo, buscando atender os objetivos da pesquisa e, assim, avaliar os controles adotados nas propriedades rurais, foi analisada a entrevista com o produtor rural, além de outros quatro questionários com produtores rurais do setor.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com o intuito de elaborar uma proposta de intervenção eficaz, realizou-se uma entrevista com o produtor rural a fim de obter informações relevantes a respeito da gestão da propriedade. Além disso, foram realizados questionários com quatro agricultores do setor vitivinícola para verificar os modos de gestão aplicados às suas respectivas propriedades. Estes agricultores possuem sua maior produção voltada para a uva, mesmo que em alguns casos haja o cultivo de outras culturas. Desta forma, ao avaliar as respostas apresentadas pelos agricultores, pode-se notar que o uso de ferramentas contábeis e de gestão na propriedade rural pode ser de extrema importância, visto que os produtores que as utilizam passaram a ter informações mais precisas da realidade da propriedade.

Com base nos dados coletados através da entrevista com o produtor, e também nos questionários aplicados aos demais agricultores do setor vitícola, pôde-se identificar as principais dificuldades de gestão enfrentadas pelos produtores rurais. Em geral, notou-se que não há a utilização da contabilidade rural de forma efetiva, porém alguns agricultores já elaboram planilhas para controle, a qual se constitui numa ferramenta extremamente

importante, dada a sua eficácia. Sendo assim, com base em fundamentação teórica e valendo-se dos produtores que já possuem controles implantados em sua propriedade, puderam-se identificar as principais lacunas existentes na propriedade estudada, as quais serão apresentadas no quadro 2.

Principais Lacunas Identificadas
Falta de controles financeiros eficientes.
Desconhecimento da contabilidade rural.
Inexistência de controles contábeis
Inexistência de controles gerenciais.
Insuficiência de dados para planejamento e tomada de decisões.

Quadro 1: Lacunas Identificadas na Propriedade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em vista as lacunas pré-identificadas com base na entrevista com o produtor, sugere-se a implantação de ferramentas de controle na propriedade que venham a auxiliar no processo de tomada de decisões do produtor. Para isso, aconselha-se o uso de controles gerenciais adaptados às necessidades da propriedade, sendo eles compostos por planilhas auxiliares, como as de controle financeiro e de estoque, além dos relatórios propriamente contábeis, como o Balanço Patrimonial e a DRE. Entretanto, visto que as mudanças não ocorrem de forma instantânea, o processo de implantação será realizado de forma gradual, de acordo com as principais carências da propriedade.

Com a finalidade de proporcionar maior controle das movimentações financeiras ao produtor rural, foi elaborada uma planilha de entradas e saídas de numerário. Nesta planilha o produtor rural irá realizar todas as anotações referentes às entradas e saídas de dinheiro de sua propriedade. Entretanto, visto que o recebimento pela venda de sua produção ocorre somente uma vez ao ano, propõe-se, inicialmente, definir um valor a ser destinado para a propriedade e outro para os gastos pessoais do produtor. A fim de exemplificar a situação, sugere-se que, caso o produtor receba R\$ 200.000,00 pela sua safra, destine parte dessa renda, R\$ 120.000,00, para os gastos com a propriedade, e o restante, qual seja, R\$ 70.000,00 para seus gastos pessoais. As sobras deste montante podem ser definidas como o lucro da propriedade, sendo ele investido de acordo com os desejos do proprietário. Cabe ainda ressaltar que tanto

os valores acima citados, como os informados na tabela 1 são meramente ilustrativos, futuramente, aconselha-se aprofundar esta ferramenta de controle.

Na tabela apresentada a seguir devem ser registrados somente os gastos com a propriedade, visto que se busca realizar uma separação de despesas. A periodicidade da planilha é mensal, porém com lançamentos diários, trazendo sempre os saldos anteriores, visto que existe uma única entrada de dinheiro principal. Sendo assim, após cada retirada monetária já é possível verificar o montante restante.

Tabela 1 - Planilha de Controle Financeiro

CONTROLE FINANCEIRO				
Data	Descrição	Entrada	Saída	Saldo
01/09/2014	Saldo Inicial Mensal			R\$ 50.000,00
10/09/2014	Compra Adubo Químico		R\$ 3.750,00	R\$ 46.250,00
11/09/2014	Compra de Herbicidas		R\$ 80,00	R\$ 46.170,00
15/09/2014	Palanques para Parreiral		R\$ 160,00	R\$ 46.010,00
19/09/2014	Combustíveis		R\$ 100,00	R\$ 45.910,00
22/09/2014	Defensivos Agrícolas		R\$ 180,00	R\$ 45.730,00
25/09/2014	Adubo Orgânico		R\$ 300,00	R\$ 45.430,00
30/09/2014	Total Mensal	R\$ 0,00	R\$ 4.570,00	
30/09/2014	Saldo Final Mensal			R\$ 45.430,00

Fonte: Elaborado pela autora

Ao utilizar-se da planilha financeira, o produtor poderá verificar diariamente o saldo monetário de sua propriedade, podendo assim conhecer seus resultados. Desta forma, com posse destas informações, o agricultor poderá realizar um planejamento de suas receitas e despesas. Além disto, com a separação dos gastos particulares dos da propriedade, o produtor passa a conhecer com exatidão a movimentação financeira de seu negócio, podendo avaliar os reais lucros da propriedade.

Já com o intuito de auxiliar na gestão dos insumos da propriedade, também foi desenvolvida uma planilha para o controle de estoques. Nesta planilha, devem ser registradas todas as entradas e saídas de insumos no estoque da propriedade. Sendo assim, a cada compra realizada, o produtor deve anotar a quantidade adquirida, seu valor unitário, bem como o valor total da aquisição. Como saídas serão consideradas todas as retiradas realizadas para o uso na propriedade, devendo ser registradas da mesma forma que as entradas, informando a

quantidade e o valor unitário do item e o valor total da saída. O valor considerado para as saídas deve ser o mesmo do registrado na entrada. Por fim, na planilha consta, também, o saldo do produto em estoque com seu respectivo valor. A tabela 2 demonstra a movimentação mensal de somente um item de estoque, devendo ser aplicada a todos os demais insumos da propriedade separadamente.

Tabela 2 - Planilha para Controle de Estoque

PRODUTO: FERTILIZANTE									
	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
Data	Quant.	Valor (un)	Total	Quant.	Valor (un)	Total	Quant.	Valor (un)	Total
12/09/2014	2.500 Kg	R\$ 1,50	R\$ 3.750,00				2.500 Kg	R\$ 1,50	R\$ 3.750,00
15/09/2014				200 Kg	R\$ 1,50	R\$ 300,00	2.300 Kg	R\$ 1,50	R\$ 3.450,00
18/09/2014				150 Kg	R\$ 1,50	R\$ 225,00	2.150 Kg	R\$ 1,50	R\$ 3.225,00
19/09/2014				310 Kg	R\$ 1,50	R\$ 465,00	1.840 Kg	R\$ 1,50	R\$ 2.760,00
22/09/2014				200 Kg	R\$ 1,50	R\$ 300,00	1.640 Kg	R\$ 1,50	R\$ 2.460,00
24/09/2014				140 Kg	R\$ 1,50	R\$ 210,00	1.500 Kg	R\$ 1,50	R\$ 2.250,00

Fonte: Elaborado pela autora

Vale ressaltar, que neste tópico também foram utilizados valores fictícios, sugerindo-se um aperfeiçoamento destes controles futuramente. Entretanto, com o uso da ferramenta sugerida, o produtor já passa a ter um controle maior dos insumos aplicados em sua propriedade, bem como o custo dos mesmos. Além disso, o controle de estoque oferece informações para o planejamento de compras, servindo também como base para os registros contábeis de estoque.

A implantação da contabilidade rural requer previamente a organização de documentos e informações da propriedade. A documentação é composta principalmente pelas notas fiscais de compra de insumos agrícolas, ativos imobilizados, etc. Também faz parte dela as notas de venda da produção da safra. Além das notas fiscais, o produtor deve arquivar todos os demais comprovantes de movimentação financeira, ou seja, recibos de pagamentos, recebimentos, extratos bancários, financiamentos, entre outros. Com posse de todos os dados da propriedade, torna-se possível a realização dos registros contábeis, os quais seguem um plano de contas. O plano de contas a ser utilizado na propriedade será adaptado às necessidades da mesma, abrangendo as principais movimentações da propriedade. Desta

forma, tendo em vista as particularidades da atividade rural e da propriedade estudada, foi elaborado um plano de contas conforme quadro 3.

1	ATIVO
11	CIRCULANTE
111	DISPONÍVEL
1.111	Caixa
1.112	Bancos
1.112.001	Banrisul
1.112.002	Caixa Econômica Federal
1.113	Aplicações Financeiras
112	DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO
1.121.001	Clientes
1.121.002	Cheques em Cobrança
1.121.003	Adiantamentos a Terceiros
113	ESTOQUES
1.131	Produtos Agrícolas
1.131.001	Uva
1.132	Insumos Agrícolas
1.132.001	Mudas
1.132.002	Aduos e Fertilizantes
1.132.003	Herbicidas
1.132.004	Formicidas
1.132.005	Outros
12	NÃO CIRCULANTE
121	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.211	Créditos Diversos
122	INVESTIMENTOS
123	IMOBILIZADO
1.231	Bens em Operação
1.231.001	Terras
1.231.002	Máquinas e Equipamentos
1.231.003	Edificações da produção agrícola/ Galpões
1.231.004	Construções residenciais
1.231.005	Veículos Motorizados
1.231.006	Móveis e Utensílios
1.232	Culturas Permanentes Formadas
1.232.001	Parreirais
1.233	(-) Depreciação Acumulada
124	INTANGÍVEL

2	PASSIVO
21	PASSIVO CIRCULANTE
211	OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS
2.111	Fornecedores
2.112	Empréstimos e Financiamentos
2.113	Outras Obrigações
22	PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO
221	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.211	Empréstimos e Financiamentos
23	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
231	CAPITAL SOCIAL
2.311	Capital Social Subscrito
232	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
2.321	Lucros Acumulados
2.322	(-) Prejuízos Acumulados
3	RECEITAS
31	RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS
311	RECEITAS DE VENDAS AGRÍCOLAS
3.111	CULTURA PERMANENTE
3.111.001	Uva
312	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
3.121	Receitas Financeiras
4	CUSTOS E DESPESAS
41	CUSTOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
4.111	Insumos Agrícolas
4.111.001	Mudas
4.111.002	Aubos e Fertilizantes
4.111.003	Inseticidas e Formicidas
4.111.004	Herbicidas
4.111.005	Fungicidas, Espalhantes e Outros
4.111.006	Materiais para Poda
4.112	Mão-de-Obra Temporária
4.113	Perdas na cultura da Uva
4.114	Combustível
4.115	Manutenção de máquinas e equipamentos
4.116	Depreciação
42	DESPESAS OPERACIONAIS

421	DESPESAS COMERCIAIS
4.211	Despesas com Veículos
4.212	Combustível
4.213	Depreciações
422	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
4.221	Material de Expediente
4.222	Despesas com Comunicação
423	DESPESAS FINANCEIRAS
4.231	Despesas Bancárias
4.232	Juros Pagos ou Incorridos
424	IMPOSTOS E TAXAS
43	OUTRAS DESPESAS
431	Perdas por Deterioração
44	RESULTADOS
441	RESULTADO DO PERÍODO
4.411	Lucro do Período
4.412	Prejuízo do Período

Quadro 2: Plano de Contas adaptado à Propriedade Estudada
Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, após a elaboração do plano de contas de acordo com as particularidades da propriedade, será inicialmente realizado um inventário de todos os bens, direitos e obrigações da entidade. Desta forma, será possível fazer um balanço de abertura da propriedade, para que em seguida seja dada continuidade na contabilização. Visto que o processo de obtenção de informações, bem como de organização de documentos pode demorar alguns meses, planeja-se introduzir a contabilidade de forma efetiva após o encerramento do exercício atual, o qual é finalizado após a comercialização da safra. Sendo assim, no período intermediário serão levantados todos os dados necessários para o início da escrituração.

Quanto às demais lacunas apontadas, as quais compreendem a não existência de controles gerenciais e a insuficiência de dados para planejamento e tomada de decisões, estas serão mais bem estudadas posteriormente, visto que o foco principal do trabalho é a implantação da contabilidade rural. Entretanto, a fim de auxiliar no processo de gestão serão elaboradas planilhas de comparativos entre as safras, as quais serão aperfeiçoadas após a implantação da contabilidade rural. A tabela 3 demonstra os principais aspectos a serem comparados, tais como a quantidade de uva produzida por safra, bem como a receita de venda da mesma, seu custo produtivo e as despesas incorridas na propriedade. A tabela também

apresentará a representatividade dos custos e das despesas sobre a receita da venda da uva, além das variações entre as safras.

Tabela 3 - Planilha de Comparativo entre Safras

COMPARATIVO ENTRE SAFRAS			
	2015	2016	Variação do Período
Quantidade Produzida (Kg)	235.000,00	245.000,00	4,26%
Receita de Venda	R\$ 165.000,00	R\$ 175.000,00	6,06%
Custo de Produção	R\$ 95.000,00	R\$ 100.000,00	5,26%
Representatividade dos Custos	57,58%	57,14%	-0,43%
Despesas da Propriedade	R\$ 10.000,00	R\$ 12.000,00	20,00%
Representatividade das Despesas	6,06%	6,86%	0,80%

Fonte: Elaborada pela autora

Vale ressaltar que os dados constantes na tabela não representam valores reais, visto que estes comparativos serão embasadas nos dados obtidos pela escrituração contábil. Sendo assim, após o início da escrituração torna-se mais simples a introdução de controles gerenciais, pois já existirão registros para serem tomados como base. Desta forma, através da contabilidade será possível estabelecer metas e realizar um planejamento mais efetivo das atividades da propriedade. Como consequência, o produtor terá mais informações para gestão e tomada de decisões, aprimorando, assim os processos adotados na propriedade.

Por fim, pode-se afirmar que o uso conjunto das ferramentas propostas auxiliará de forma significativa na gestão da propriedade, uma vez que trará informações sobre o desempenho do agronegócio. Isto, pois com o uso da planilha de controle financeiro, o produtor poderá administrar toda sua movimentação monetária, tendo assim a possibilidade de planejar de forma eficaz seus gastos. Já com o controle de estoques, o agricultor poderá verificar a situação de seus estoques, avaliando as necessidades de compras, bem como os materiais já utilizados e seus custos. Logo, com a implantação da contabilidade rural, por intermédio do plano de contas sugerido, o produtor passará a conhecer todo o desempenho econômico-financeiro de sua propriedade, podendo, por conseguinte, realizar comparativos entre os resultados das safras. Desta forma, ao trabalhar-se com todos os controles gerenciais propostos, será possível demonstrar a real situação da propriedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da contabilidade rural requer comprometimento mútuo, tanto do produtor rural, como do contador, visto a complexidade de sua instituição e continuidade. Sendo assim, este é um processo de longo prazo, o qual necessitará de acompanhamento a fim de gerar resultados efetivos. Para isso, deve-se inicialmente colocar em prática a escrituração contábil, para que posteriormente possam ser introduzidos novos controles. Com base nas lacunas identificadas, e a fim de complementar este estudo, sugere-se que, futuramente, sejam agregados outros controles gerenciais, como, por exemplo, um fluxo de caixa mais elaborado e estruturado. Além disso, propõe-se o desenvolvimento de um estudo voltado para o controle dos custos da propriedade, visto que o preço de venda da uva é estabelecido pelo mercado e o produtor necessita estabelecer um limite para seus custos de produção.

Enfim, conclui-se que este estudo proporcionou a obtenção de um conhecimento importante a respeito da contabilidade rural, a qual foi amplamente investigada. Entretanto, ainda há pouca disponibilidade de informação sobre o assunto, tanto no meio acadêmico como no meio rural, no qual muitos agricultores desconhecem sua existência. Deste modo, a divulgação da contabilidade rural mostra-se fundamental para que até mesmo os pequenos agricultores tenham sapiência das ferramentas de controle e gestão que podem ser adotadas em suas propriedades.

6 REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, Dalva Custódio; MANTOVANI, Elislara; MARQUES, Sebastião Magalhães. **A Contabilidade Rural no Desenvolvimento do Agronegócio**. Iniciação Científica, Varginha – FACECA, v.1, n.8, p. 9-24, jan. / dez. 2010. Disponível em: <<http://www.faceca.br/revista/index.php/revista-01/article/viewArticle/113>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

FILHO, João Armelin. **Contabilidade Rural: metodologia para registros das atividades de pequenas propriedades rurais**. Apucarana: FECEA, 2011. Disponível em:

<<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/909830/1/armelin.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. **Tomada de Decisão Gerencial: enfoque multicritério**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

KREUSBER, Fernanda; SÖTHER, Ari; FILHO, Jorge Ribeiro de Toledo. **Sistema de informação contábil e gestão rural: estudo de propriedades da região de Itapiranga – SC**. LAJBM, Taubaté, SP, v. 4, n. 1, p. 104-128, jan-jun/2013. Disponível em: <<http://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/viewArticle/123>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2002/lei10406.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014.

LEMES, Sirlei; MARION, José Carlos (Coord.). **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Zilda Paes de Barros. **Contabilidade financeira rural**. São Paulo: Atlas, 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RATKO, Alice Terezinha. **Contribuições da Contabilidade Rural para a propriedade agrícola de pequeno porte**. Pato Branco: UTFPR, 2008. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/viewArticle/461>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.